

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

3



Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

3

Atena
Editora

Ano 2021



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-025-1

DOI 10.22533/at.ed.251212904

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldade relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: AS IMBRICAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO TECNOLÓGICO

Rosangela Santos da Silva

Ana Cláudia Ribeiro de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2512129041

CAPÍTULO 2..... 12

IMPACTO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVA) NO ENSINO MÉDIO E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mónica Rocío Barón Montaña

Ruth Johanna Núñez Uribe

Jenny Patricia Ortiz Quevedo

Diana Milena Parra Montaña

DOI 10.22533/at.ed.2512129042

CAPÍTULO 3..... 23

FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO – UMA CRUEL REALIDADE

Elias Canuto Brandão

DOI 10.22533/at.ed.2512129043

CAPÍTULO 4..... 37

A ESCOLARIZAÇÃO E A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE: DADOS DE REALIDADE E POSSIBILIDADES

Alexandra de Campos Bittencourt

Daniela Andrade da Anunciação

DOI 10.22533/at.ed.2512129044

CAPÍTULO 5..... 52

PANORAMA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL

Claudia Rogéria Fernandes

Fabiane Ferraz Silva Fogaça

DOI 10.22533/at.ed.2512129045

CAPÍTULO 6..... 62

EXU NAS ESCOLAS E A DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUSICAL: COTIDIANO E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Affonso Celso de Miranda Neto

DOI 10.22533/at.ed.2512129046

CAPÍTULO 7..... 76

MODELO DE EDUCACIÓN DIALÓGICA EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE DE LA MATEMÁTICA

Ana María Villón Tomalá

Boris Daniel Farez Paguay
Kleber Andrés Valverde Muñoz
DOI 10.22533/at.ed.2512129047

CAPÍTULO 8..... 88

PEDAGOGIA SISTÊMICA: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A EDUCAÇÃO

Elisiane do Carmo Neneve

DOI 10.22533/at.ed.2512129048

CAPÍTULO 9..... 101

ANÁLISE SOBRE OS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Cristiane Carminati Maricato

DOI 10.22533/at.ed.2512129049

CAPÍTULO 10..... 113

A DIDÁTICA E O ENSINO DA MÚSICA - POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

DOI 10.22533/at.ed.25121290410

CAPÍTULO 11..... 121

A POESIA DE PEDRO MUNHOZ EM UM DIÁLOGO COM O CONCEITO DE SOLO: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Richard Lima Rezende

Heitor Vieira Passos

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.25121290411

CAPÍTULO 12..... 134

USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA DISCIPLINA DE SEMINÁRIO INTEGRADOR DO CURSO DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES): RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camila Cescatto Gonçalves

Cainã Matucheski

Carolina Reinert

Eduardo Schneider

Fabrcio Mulinari de Lacerda Pessoa

João Luiz Baú Carneiro

Rogério Saad Vaz

Francelise Bridi Cavassin

DOI 10.22533/at.ed.25121290412

CAPÍTULO 13..... 141

AS ATIVIDADES LÚDICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA APRENDIZAGEM DAS

CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Juarez Oliveira Ferreira
Mariluzza Sartori Deorce

DOI 10.22533/at.ed.25121290413

CAPÍTULO 14..... 157

O PROFESSOR DE INGLÊS QUE ATUA NA ESCOLA PÚBLICA: NA TENSÃO ENTRE OS DISCURSOS DE VALORIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO QUE PERPASSAM A DOCÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA

Renata Helena Pin Pucci

DOI 10.22533/at.ed.25121290414

CAPÍTULO 15..... 172

A PRODUÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE A DOENÇA NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Gustavo Bocon Lopes
Márcia Maria de Medeiros
Luiz Alberto Ruiz da Silva

DOI 10.22533/at.ed.25121290415

CAPÍTULO 16..... 183

A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO E A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Any Carolina Ribeiro Silva
Thiago Simão Gomes
Marisa Catta-Preta

DOI 10.22533/at.ed.25121290416

CAPÍTULO 17..... 187

EDUCAÇÃO INFANTIL E O RESSIGNIFICAR DA PRÁXIS DOCENTE POR MEIO DA METODOLOGIA INDICADORES DE RISCO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - IRDI

Rômulo Fabiano Silva Vargas
Loiva Lucia Herbert

DOI 10.22533/at.ed.25121290417

CAPÍTULO 18..... 211

A BATALHA IMUNOLÓGICA DAS CÉLULAS CONTRA OS PATÓGENOS: A PROPOSTA DE UM MODELO DIDÁTICO TRIDIMENSIONAL DE BAIXO CUSTO PARA O ENSINO DE IMUNOLOGIA

Tiago Maretti Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.25121290418

CAPÍTULO 19..... 221

ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA SOBRE O CONCEITO DE DECOMPOSIÇÃO DA MATÉRIA A PARTIR DO POEMA “LATAS” DE MANOEL DE BARROS

Luciana Marques Farias
Richard Lima Rezende
Débora Rezende Ferreira

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.25121290419

CAPÍTULO 20..... 235

APRENDIENDO NUTRICIÓN CON LOS NIÑOS

María Eugenia Vera Herrera

DOI 10.22533/at.ed.25121290420

CAPÍTULO 21..... 241

O CAMINHO VIRTUOSO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS NAS FRENTES AGRÍCOLAS NO SUL DO BRASIL: IMPACTOS DA LEI DA NACIONALIZAÇÃO DE 1938

Paulino Eidt

DOI 10.22533/at.ed.25121290421

SOBRE OS ORGANIZADORES 254

ÍNDICE REMISSIVO..... 256

CAPÍTULO 21

O CAMINHO VIRTUOSO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS NAS FRENTES AGRÍCOLAS NO SUL DO BRASIL: IMPACTOS DA LEI DA NACIONALIZAÇÃO DE 1938

Data de aceite: 28/04/2021

Paulino Eidt

<http://lattes.cnpq.br/5740234768567727>

RESUMO: Vivemos em um tempo marcado por uma crise de paradigmas, em que não somente a ideia de verdade e a forma de acesso ao saber entram em crise, como também os ideais educacionais. O cenário do século XXI reclama respeito para com a diversidade e a singularidade, opondo-se à lógica da homogeneização. Ao abrir possibilidades de conciliação e mediação, rompe com antigos paradigmas da história da educação brasileira: trata-se de reminiscências que impedem que sejamos justos com o Outro. A educação no Brasil possui um histórico excludente e avesso a uma concepção laica. A lentidão no trato do ensino público contribui para a organização da escola paroquial em alguns estados brasileiros durante o século XIX e XX, que no seu ideário, possuíam elementos de segregação. A presente pesquisa teórica e documental acompanha a trajetória das escolas paroquiais nas frentes agrícolas da região Sul do Brasil e se atém mais especificamente à periodização destas no Oeste de Santa Catarina e no município de Itapiranga/SC. No final, retrata nuances da extinção destas escolas pela Lei da Nacionalização em 1938.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Paroquial. Frentes Agrícolas. Nacionalização.

THE VIRTUOUS PATH OF PARISH SCHOOLS IN AGRICULTURAL FRONTS OF SOUTHERN BRAZIL: IMPACTS OF THE NATIONALIZATION LAW IN 1938

ABSTRACT: We are living a time of a crisis of paradigms, in which not only the idea of truth and the way of access to knowledge reach crisis, but also the educational ideals. The 21st century scenario claims respect for diversity and singularity, opposing to the logic of homogenization. By opening conciliation and mediation possibilities, it breaks old paradigms of the history of the Brazilian education: they are reminiscences that preclude being fair to the Other. The education in Brazil has a history that is excluding and averse to a laic conception. The slowness in the arrangement of the public education had contributed for the organization of the Parish School in some Brazilian states during the 19th and the 20th centuries, which in its ideology had segregation elements. This theoretical and documental research follows the trajectory of parish schools in agricultural fronts of Southern Brazil and sticks more specifically to their periodization in the Western Santa Catarina and in the municipality of Itapiranga/SC. At the end, it depicts nuances of the extinction of these schools by the Nationalization Law in 1938.

KEYWORDS: Parish School. Agricultural fronts. Nationalization.

INTRODUÇÃO

A educação escolar possui um histórico voltado à estratificação e dominação social. No Brasil, as oligarquias do período colonial e

monárquico estavam fundamentadas na dominação via controle do saber e os modelos escolares foram uma importação europeia.

A história da educação no Brasil revela o quanto tem sido emblemática a implantação do ensino público universal. A lentidão no trato da educação pelo Estado brasileiro aumentou a importância da organização da escola paroquial em alguns estados brasileiros durante os séculos XIX e XX. A iniciativa comunitária, ainda que ideologicamente submissa ao poder religioso, foi fundamental para a alfabetização das crianças, frente a um modelo escolar nacional excludente e eminentemente elitizado.

A presente escritura retrata nuances da escola paroquial, fruto de uma herança europeia, que acompanhou a trajetória migratória dos imigrantes, por vários séculos. As inúmeras fontes revelam facetas importantes no trato da educação escolar em espaços de colonização a partir da iniciativa comunitária.

A pesquisa teórica e documental acompanha a trajetória da instalação das escolas paroquiais nas frentes agrícolas da região sul do Brasil, no século XIX e se além, mais especificamente, à periodização destas escolas no Oeste de Santa Catarina e no município de Itapiranga/SC, já no século XX, culminando com a extinção oficial destas pela Lei da Nacionalização, em 1938.

Nessa acepção, pretende-se, a partir das reflexões, contribuir para a reconstituição do itinerário dessas escolas, organizadas e regidas coletivamente por intermédio da comunidade. A escola paroquial, embora acompanhada de elementos controversos e de segregação, no seu devido tempo, correspondeu ao ideal daqueles que compõem a comunidade escolar – administradores, professores, estudantes, familiares e comunidade do entorno.

ESCOLAS PAROQUIAIS: ALICERCE DA EDUCAÇÃO NO SUL DO BRASIL

Durante o período medieval, em virtude da ausência de Estados Nacionais politicamente instituídos e organizados que assumissem práticas e modelos educacionais, a organização de estudos com formato de escola limitava-se à formação eclesiástica (*ad hoc*). Desvinculada da estrutura estatal, a escola foi primeiramente pensada e executada como instituição comunal e confessional.

A ausência de fontes confiáveis acerca dos primórdios da escola paroquial geram controvérsias quanto à sua origem. Conforme Franca (1948, p. 344, grifos do autor), um dos precursores da escola confessional foi o Bispo Teodolfo de Orléans, no século VIII, ao baixar o seguinte decreto:

Os sacerdotes mantenham escolas nas aldeias e nos campos; se qualquer (quislibet) dos fiéis lhes quiser confiar os seus filhos para aprender as letras, não os deixem de receber e instruir, mas ensinem-lhes com perfeita caridade. Nem por isso **exijam salário ou recebam recompensa alguma**, a não ser, por exceção, quando os pais voluntariamente a quiserem oferecer por afeto ou reconhecimento.

A educação estritamente cristã, produto da Idade Média, no entanto, não foi universal e sim concebida dentro de um pensamento dualista. Instalada nos espaços privados da igreja, o ensino foi ministrado por sacerdotes encarregados de uma paróquia, preferencialmente, para postulantes à vida religiosa. Philippe Ariés (1973, p. 117) destaca a orientação e a proposta pedagógica das escolas confessionais: “Esses educadores eram responsáveis pela salvação da alma das crianças, pelas quais eles eram responsáveis perante Deus”.

Essas características foram mencionadas no 3º concílio ecumênico de Latrão, reunido em 1179, no seu cânon 18:

A Igreja de Deus, como mãe piedosa tem o dever de velar pelos pobres aos quais pela indigência dos pais falecem os meios suficientes, a fim de que possam facilmente estudar e progredir nas letras e nas ciências. Ordenamos, portanto, que em todas as igrejas catedrais se proveja um benefício conveniente a um mestre, encarregado de ensinar gratuitamente aos clérigos dessa igreja e a todos os alunos pobres. (FRANCA, 1948, p. 345).

Independentemente da data de origem, seja na Idade Antiga ou Média, as escolas paroquiais atravessaram a história como espaços de alfabetização, formação religiosa, expansão e consolidação da fé. Esse formato de escola, especificamente na Europa, recebeu grande impacto com as ideias iluministas que culminaram na Revolução Francesa (XVIII), pois trouxe para o espaço público e laico a proposta de uma escola ideologicamente desinteressada.

O surgimento de uma rede pública de escolas gerou desconforto e o rompimento entre o Estado e a Igreja. Especificamente na Prússia (hoje Alemanha), as reformas sociais e políticas que ocorreram no início do século XIX culminaram com o pensamento da universalização da escola laica. Kreutz (1994) destaca aquele período como sendo o do fortalecimento do pensamento de que a educação para todos era a condição básica para regenerar a sociedade e assegurar, a todas as crianças, o desenvolvimento intelectual.

No Brasil, este pensamento foi introduzido a partir de 1772, quando, oficialmente, foi implantado o ensino público oficial e laico pela Reforma Pombalina. O pretexto da reforma foi tirar a educação das mãos dos jesuítas e garanti-la a todos os cidadãos. Embora houvesse prerrogativas legais para universalizar a escola pública no Brasil, esta se limitou a uma parcela elitizada da população. Aranha (2008) destaca que dados oficiais de 1867 (mais de um século depois da implantação da escola pública no Brasil), apontam que apenas 10% da população em idade escolar se matricularam nas escolas primárias e, em 1890, o nível de analfabetismo da população brasileira era de 67,2%.

Na história ocidental, a universalização gradual da escola pública, na maioria dos países europeus no século XIX, coincidiu com a maciça emigração do velho continente. Fatores econômicos e sociais forçaram o fluxo migratório, em especial, para as frentes agrícolas do sul do Brasil. Conforme Kreutz (1994), a época inicial da imigração teuta, no

Rio Grande do Sul, coincidiu com “[...] a maré alta da implantação generalizada da escola elementar na Prússia, a renovação de métodos, a formação de professores e de escolas normais e a formação da mística em torno da educação como meio de reconstrução nacional” (KREUTZ, 1994, p. 18).

Entre os fatores de atração de emigrantes europeus, em especial alemães e italianos, destacam-se: acesso fundiário, aspectos climáticos e motivações por questões estratégicas. Em todo o sul do Brasil, formaram-se comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários com acentuada integração religiosa, social e cultural. A instalação de escolas paroquiais (denominadas assim por funcionar em pavimentos anexos a igrejas ou catedrais ou no próprio prédio em que eram realizadas celebrações) com conotações étnicas e confessionais foi uma mostra da solidez com que esse modelo adquiriu e sobreviveu a todas as vicissitudes da Idade Média e moderna. Esse modelo escolar, embora tenha sido implantado em muitas nacionalidades europeias, teve maior receptividade na Alemanha e Itália, em face do movimento conservador e manifestadamente contrário ao liberalismo e à laicização das instituições, propagado no Velho Continente.

A educação escolar ofertada nas frentes agrícolas, em especial na região sul, foi a proporcionada pelas escolas confessionais. A cultura escolar foi implantada com relativa facilidade nos espaços de ocupação de descendentes europeus, uma vez que no velho continente essa prática fazia parte do cotidiano das famílias. A formação de núcleos rurais ética e religiosamente homogêneos tem sido apontada como responsável pelo sucesso da escola paroquial:

Só com o ensino constante e efetivo das verdades da nossa santa religião, com os conselhos oportunos, com a direção prudente e com os sacramentos, precedidos da competente preparação e repetidos com discreta frequência, procuramos formar uma geração verdadeiramente cristã e forte, para resistir aos assaltos do inferno, que luta e pejeja por nos arrancar a fé, levar-nos ao vício e à perdição. (HEERDT, 1992, p. 78).

O modelo escolar foi pensado e aplicado pelos jesuítas e pelo professor, mapeado criteriosamente pela comunidade e paróquia. Exigiam-se mestres com responsabilidade moral e intelectual. Ser professor tratava-se de uma missão nobre, pois este era investido de poderes de correção, punição e sabedoria. Com extensas funções sociais na comunidade, em última análise, também era responsável pelo comportamento de seus alunos fora da sala de aula.

A escola foi, em primeiro lugar, pensada, projetada, executada, implantada e cultivada como uma instituição essencialmente comunal. Sua tarefa se resumia em atender às necessidades imediatas da comunidade em que se encontrava, disso decorrem suas características institucionais ímpares e de perfil didático-pedagógico único (RAMBO, 1988, p. 18).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o emigrante alemão traz consigo a convicção de que a educação escolar é fundamental e necessária para garantir às crianças o seu desenvolvimento moral e intelectual.

O papel da comunidade e da religião na escolarização

Nas frentes agrícolas das antigas colônias de imigração alemã, italiana e polonesa, do século XIX e XX, no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, formou-se um modelo educacional desvinculado da estrutura do Estado. Povos isolados geograficamente e culturalmente, por intermédio de ações coletivas, instalaram e mantiveram um modelo comunitário de educação. A experiência das escolas paroquiais, embora instituídas com elementos de segregação, constituiu-se um sistema virtuoso. Em uma época em que a grande maioria dos brasileiros era analfabeta, as regiões de migração no sul do Brasil apresentaram taxas de escolarização próximas de 100%.

As comunidades desassistidas pelo Estado brasileiro tiveram, por mais de um século, na escola paroquial (particular) elementos identitários suficientemente fortes para a manutenção do sistema escolar herdado culturalmente dos antepassados. O acompanhamento sistemático que as congregações religiosas, em especial, a Companhia de Jesus, exercia sobre os núcleos coloniais foi elemento importantíssimo para a congregação de esforços que culminassem em um modelo comunitário de vivência.

O associativismo tem sido estratégico para a consumação de um modelo comunitário de educação. A construção de vínculos sociais e uma identidade coletiva permitiu, a partir dessa relação intersubjetiva, a formação do sujeito dependente do contexto com o qual ele se relacionava interativamente. Não foi uma relação da esfera individual, e sim coletiva. Na comunidade, construía-se as noções de sentidos da escola e o estreitamento da relação com o saber. A intensidade dessa relação dependeu muito do grau de integração e associação entre as famílias, a escola e a comunidade. Kreutz (2004) destaca que, em 1930, somente no estado do Rio Grande do Sul havia 1.200 escolas paroquiais alemãs.

A existência de uma comunidade pressupõe que um número considerável de pessoas tenha coisas em comum, que se “considerem” ou se “imaginem” integrantes desse grupo. Nessa acepção, dispositivos e significados adquirem forças, quando partilhados por todos. Assim, a escola paroquial, antes de ser algo impositivo foi, sobretudo, desejada pela comunidade e passou a ser um traço constitutivo de distinção cultural das colônias europeias no Sul do Brasil. Essa forma de fazer educação teve seu ápice na segunda metade do século XIX e foi oficialmente extinta com a promulgação da Lei da Nacionalização, em 1938. Embora acompanhada de um caráter controverso (eticamente organizada), a escola paroquial assistiu a totalidade dos componentes das comunidades. Assim, em um período em que a sociedade comungava da ideia que às mulheres bastava a instrução de noções de prendas domésticas e boas maneiras, elas também eram assistidas pela escola paroquial.

Conforme Kreutz (1994), as principais características da escola paroquial foram mantidas mesmo após a Nacionalização das escolas, em 1938. As dificuldades estruturais, como ausência de prédios escolares públicos, especialmente, na fase compulsória da nacionalização, não significou o fechamento e o fim das escolas teuto-brasileiras. Em um primeiro momento, grande parte dessas escolas recebeu subvenção municipal, mantendo certa autonomia administrativa. Já em um segundo momento, essas escolas foram municipalizadas, isto é, tornaram-se escolas públicas. Estabeleceram-se acordos entre prefeituras e comunidades.

O estado e o município passaram a assumir parte do ônus com o magistério. “As comunidades mantinham a residência e as benfeitorias da terra da comunidade, postas para o usufruto do professor que, em compensação, prestava serviços sócio religiosos e culturais à comunidade” (KREUTZ, 1994, p. 31).

As reminiscências de um modelo de educação milenar, notadamente persistiram e se mantiveram nas entranhas da educação até a atualidade.

Escola paroquial no Oeste de Santa Catarina

A escola paroquial acompanhou o processo migratório da cultura alemã. Assim foi na onda imigratória do século XIX e, mais tarde, no povoamento de novas frentes agrícolas, já no século XX. A interiorização e formação de novos núcleos agrícolas, dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul (saída das colônias velhas e formação de colônias novas) serviram para atender às diretrizes do projeto de restauração desenvolvido, em especial, pela igreja católica. Conforme Kreutz (2004), isso significou a restauração das forças religiosas contrárias ao liberalismo e à laicização das instituições. Nas novas frentes agrícolas, revigoraram-se práticas religiosas já em desuso ou contestadas no interior das antigas colônias.

Respeitadas as peculiaridades, o povoamento da região de Oeste de Santa Catarina foi um prolongamento da expansão cultural e migratória do Rio Grande do Sul. Nesse entendimento, a comunhão com aspectos culturais do estado catarinense permanece frágil até a atualidade. O “cordão umbilical” prende a maioria das pessoas ao estado do Rio Grande do Sul e também às origens europeias.

A onda migratória do século XX fez surgir, em meio à selva subtropical do Oeste de Santa Catarina, um dos projetos católicos mais coesos e fechados da História do Brasil. O Projeto Porto Novo (atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis) – criado em 1926, pela Companhia de Jesus e pela Colonizadora Sociedade União Popular (*Volksverein*) – acolheu, no seu interior, somente alemães de confissão católica. Nesse entendimento, toda a literatura escrita na época enaltece a homogeneização como determinante para o sucesso de empreendimento colonial. O Projeto Porto Novo foi um sonho acalentado pelos padres da Companhia de Jesus. Ao estilo dos Sete Povos das Missões, pretendia-se conquistar a pureza religiosa e cultural pelo isolamento de uma

população. O isolamento de alemães católicos reforçou o discurso da superioridade étnica e confessional que possui desmembramentos até hoje na região.

Embora a Companhia de Jesus não tenha sido a designada no início para assumir os destinos religiosos de Porto Novo (atribuídos aos padres da Congregação Missionários da Sagrada Família, até 1931), ela teve influência direta na organização das atividades da nova frente agrícola. A criação do Projeto Porto Novo e da Sociedade União Popular (*Volksverein*) haviam sido iniciativas da Companhia de Jesus.

A pioneira Maria Rohde (2011) destaca o papel das escolas paroquiais na educação de Porto Novo. Aponta dois professores precursores dessa modalidade de Ensino. Conforme ela, “para a benção das novas gerações”, há de se reconhecer sempre o papel inicial dos professores Willibaldo Stuelp (núcleo da vila de Porto Novo) e da professora Antônia Wiersch (Sede Capela), visto que, em meio às precárias condições e, com muito sacrifício, erigiram os alicerces da educação de Porto Novo. As primeiras comunidades que instalaram as escolas paroquiais por meio da construção das escolas-igreja foram aquelas que serviram de “porta de entrada” para a colonização. Assim, em 1931, funcionavam fora da sede de Itapiranga, mais seis escolas: Linha Cotovelo, Linha Dourado, Linha Fortaleza, Linha Sede capela, Linha Chapéu e Linha Macuco. Uma comunidade era composta por cerca de 100 famílias dispostas em uma área geográfica de quatro quilômetros quadrados. As comunidades também eram denominadas e conhecidas como linhas ou picadas.

A escolha e contratação de docentes foi prerrogativa da colonizadora que por sua vez submetia os candidatos ao clero local. Ex-seminaristas e pessoas letradas escolhidas no meio social compunham o perfil docente.

Objetivamente, as comunidades, além de construir a escola-capela e efetuarem o pagamento em espécie de valores mensais para remunerar o professor, assumiam outras contribuições: construção da moradia e galpões; o plantio e colheita da lavoura; e destinação de donativos, como carnes, cereais e frutas. Por sua vez, cobravam do professor atividades de liderança na organização comunitária e no exercício de funções, como: canto coral, liturgia, catequese, toque do sino, assistência a doentes, mediação em conflitos de vizinhança e conselhos de toda a ordem.

O valor dos proventos, oriundo da mensalidade escolar, independia da formação e do número de alunos por docente. A comunidade construía a escola e contratava seu professor. Assim, invariavelmente, as ações pedagógicas, os conteúdos programáticos e as bases filosóficas e ideológicas da educação estavam no controle comunitário e dos padres jesuítas. O mestre único, com múltiplas funções extraclasse, mantido e pago pelos pais, foi um personagem estratégico para a concretização do pensamento religioso dentro do universo pioneiro. O ato de ensinar, ao mesmo tempo em que era um prolongamento dos saberes sociais, já incitados pela família e comunidade, representava a consolidação do catolicismo como única e verdadeira religião.

A Escola paroquial X Escola pública: a fratura entre escola e religião

O caráter monopolista das escolas paroquiais, não permitindo ingerência do poder público no sistema escolar, implantado pela Sociedade União Popular, em seu âmbito de domínio, no entanto, já havia sido quebrado antes de 1938. A elevação de Porto Novo a distrito de Chapecó (26 de fevereiro de 1932) inaugurou um período dos mais controversos da história local. Havia agora duas frentes de poder: o público com a nomeação de autoridades do município mãe (coletor, delegado, escrivão, intendente, secretário, juiz e inspetor de polícia) e o poder religioso, que se expressava, principalmente, pela *Volksverein*. Toda a literatura escrita da época destaca a animosidade e o mal-estar gerados entre as lideranças, especificamente, no que se refere ao conjunto de novas relações sociais, impostas pela nova estrutura administrativa sobre a tradicional, sendo esta fruto de uma herança histórica.

A cobrança e o recolhimento dos valores foram incumbências da colonizadora que, por sua vez, administrava os valores e fazia o repasse financeiro aos professores que atuavam nas escolas. O novo poder instituído a partir da instalação distrital passou a condicionar a vida dos habitantes, quebrando, de certo modo, o tipo de coerência e de organização, até então predominante. Protagonista da época, o ex-professor paroquial Ervino Jaeger escreve, em sua obra (1998), que houve a instalação de uma escola pública (anterior a 1938) e nomeação de um ex-professor paroquial demitido em razão da negligência no trato das questões religiosas e da falta de moralidade. Na obra do ex-professor paroquial, este evidencia sua trajetória de formação e atuação, destacando, sobretudo, o conflito gerado a partir da Nacionalização do Ensino em 1938.

A prerrogativa de nomear e depor professores paroquiais era atribuição do pároco e da companhia colonizadora, reforçada, principalmente, no Congresso Católico de 1933. A demissão do professor paroquial foi levada a termo pelo padre; no entanto, o professor foi reconduzido à função anterior pelas mãos do escrivão distrital e, doravante, passou a ser subvencionado pelo poder público.

A remuneração do professor com recursos públicos foi um duro golpe para a manutenção de uma unanimidade no trato da escola paroquial. Como convencer as famílias endividadas pelos anos de pioneirismo a destinarem parte do seu orçamento para a manutenção da escola? As dissidências surgiam cada vez em maior número. Nesse entendimento, embora as escolas paroquiais tivessem grande simpatia entre os moradores, a não necessidade de contribuições mensais para manutenção da escola e do professor gerou alento às famílias.

Embora existissem outras escolas subvencionadas, estas subvenções eram administradas pela *Volksverein* e como registra o livro Tombo da Paróquia, em 1935: “A subvenção não deve tirar a índole católica, senão, ela deve ser rejeitada. Escolas subvencionadas não devem ser consideradas estatais”. Nesse entendimento, a única

escola pública de Porto Novo, até o período da Nacionalização (1938), foi a da sede do município, criada pelas autoridades distritais, cujo docente (Matias Walker) havia sido demitido pelo pároco por negligência no trato das questões sociais e religiosas (aos alunos da escola pública era proibida a Comunhão Solene que se constituía em uma cerimônia de conclusão da Escola Primária, acompanhada da ministração do sacramento da comunhão). Spohr (2016, p. 59) destaca uma carta do Padre Ernesto Vosskühler, dirigida ao provincial, expressando sua preocupação com o funcionamento de uma escola pública: “A escola pública enfraquece a escola paroquial. Depois de aberta a escola pública foi dado aviso na igreja que os pais católicos devem mandar seus filhos para a escola paroquial”.

No entanto, a desobrigação da comunidade em assumir a totalidade dos custos da manutenção das escolas começa a ganhar força. O Livro *Tombo da Paróquia* registra, em 1932, um abaixo-assinado de moradores da Linha Cotovelo que se recusaram a construir o paiol para o professor. Na mesma direção, há um registro no Livro *Tombo da Paróquia* de Itapiranga de 1932, que destaca certa apatia dos alemães natos (instalados principalmente na Linha Becker) acerca das muitas contribuições exigidas para manter obras, que já eram públicas no velho continente. O fato é que, ao mesmo tempo em que se constituiu uma “fratura” do modelo existente até então (escola paga, professor supervisionado pela colonizadora e outros), expôs-se a emblemática dualidade de poder: Estado e religião.

Entre as muitas alegações ou pretextos para a nacionalização das escolas, algumas perpassaram todos os espaços, em especial, da região sul do Brasil, locais de predominância da imigração europeia. Trata-se da presença de nazistas nas regiões coloniais, ausência de referenciais da brasilidade e denúncias acerca da formação de “quistos étnicos”. O regime estado-novista, que buscava construir uma pretensa identidade nacional, enxergava nessas frentes agrícolas um perigo para a unidade e homogeneização nacional. A fim de forçar a chamada identidade nacional, o presidente Getúlio Vargas, editou, em maio de 1938, o Decreto-Lei nº 868, o qual determina o ensino em língua nacional e decreta o fechamento das escolas estrangeiras.

Especificamente em Santa Catarina, o nacionalismo do presidente Vargas foi levado a termo pelo Interventor Estadual Nereu Ramos. O interventor foi responsável pelo Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938, o qual estabeleceu as normas relativas ao ensino primário em escolas particulares. O decreto estabeleceu novas exigências para o registro de escolas; em suma, determinou o fechamento das escolas paroquiais, em vista da total descaracterização delas. O decreto também instituiu: professores com nacionalidade brasileira; ensino na língua vernácula; uso exclusivo da língua nacional na escrituração, uso de tabuletas, placas, cartazes, avisos, conferências, discursos, reuniões, hinos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar. Conforme o mesmo decreto, nada pode descaracterizar o sentimento de brasilidade que deve vigorar em todas as escolas catarinenses (SANTA CATARINA, 1938a).

A repressão nacionalizadora, também pretendia controlar pela escola pública a

divulgação do *deutschtum* (entendido como o grupo de pessoas que fala alemão como língua materna e possui características culturais específicas), evitando, dessa forma, a conservação da pureza étnica germânica, nos locais de migração. A criação de um sentimento de brasilidade também exigia da população catarinense e, em especial, das colônias de descendência europeia, o domínio dos hinos oficiais, a homenagem à Bandeira Nacional e o respeito para com os feriados nacionais.

O fato pode ser deduzido a partir de uma carta encaminhada pelo inspetor escolar de Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba), ao Palácio do Governo de Santa Catarina, em junho de 1938, onde pede o fechamento das escolas paroquiais de Itapiranga e outras:

Diante do Decreto-lei 88 que estabelece, entre outras disposições, a de que o ensino nas escolas primárias deve ser feito unicamente no vernáculo, é lamentável que crianças até a idade de 14 anos não saibam sequer uma palavra da língua do país em que nasceram. É a prova evidente e incontestável de que esta escola não cumpre as determinações de nossas leis e é um foco de antinacionalismo, o que em absoluto não podemos admitir. Assim sendo, proponho ao governo do estado que sejam aplicadas as penalidades previstas do referido Decreto-lei 88. (SANTA CATARINA, 1938b, p. 165).

O desespero da comunidade e de seus líderes religiosos, a partir da extinção das escolas paroquiais, pode ser deduzido no teor da carta encaminhada, em fevereiro de 1939, pelo Padre Francisco Riederer, ao Padre Reitor do Colégio Catarinense, em Florianópolis, solicitando a mediação junto ao governo, a fim de impedir o fechamento das escolas paroquiais e a abertura de escolas estaduais:

O governo quererá ocupar os prédios de nossas escolas paroquiais. Não o poderei permitir. É roubo. Cai sob a censura da excomunhão do *Cânon 2346*. Só se o governo entrar primeiro em acordo comigo, só então poderei permitir, com a condição de ser eu quem nomeie diretores e professores. Suponhamos, porém – *quod Deus avertat* – que o governo usurpe os prédios e os transforme em escolas estaduais e nomeie professores. Então eu proíbo a todos e qualquer um a aceitar a nomeação. Em prédios roubados da Igreja católica não vai exercer nenhuma função. As escolas-capela perderão *ipso facto* toda provisão canônica, não podendo fazer nelas nenhum ato de culto, nem batizados, nem casamentos, nem nada. Os sinos que houver deverão ser imediatamente retirados, nem haverá mais toque de sinos nos ditos lugares. Devemos fazer o possível para manter o ideal das escolas paroquiais. (SPOHR, 2016, p. 71).

A mediação das autoridades religiosas (o provincial e a prelazia de Palmas) junto às autoridades estaduais não teve efeito concreto e a Lei da Nacionalização das escolas foi levada a termo. O Estado exigiu professores com nacionalidade brasileira, habilitados, o ensino na Língua Portuguesa, substituição dos livros em alemão e atestado policial dos professores. Muitos dos ex-professores paroquiais se enquadraram nas novas exigências e outros largaram definitivamente o magistério. Abre-se o dilema: “como encontrar professores, com qualificação e disposição para permanecer no magistério recebendo

salários módicos?”.

A comunidade, ante a não assistência dos seus filhos em idade escolar, paulatinamente aceitou os novos rumos ditados pela Lei da Nacionalização. O vigário Padre Francisco Riederer abandonou inesperadamente a paróquia e foi substituído pelo histórico Padre Teodoro Treis. As autoridades religiosas concederam licença para que o estado ocupasse as escolas-capela, desde que a comunidade pudesse opinar junto ao inspetor escolar e este fosse religioso, acerca do aceite ou não dos novos professores estaduais, impedindo, assim, a nomeação de professores “inimigos da religião”. A comunidade ainda assegurou a permanência da catequese nas escolas e, conforme relata o livro *Tombo da Paróquia*, de Itapiranga, em 03 de maio de 1939: “A catequese na escola deve ser ensinada em português, mas a explicação pode ser dada em alemão. Vale também para as demais matérias”. A expressão “pastores espirituais”, atribuída aos professores em razão do papel religioso e moral que exerciam, estava assim assegurada, mesmo na condição de docentes da rede pública de ensino.

Nessa direção, em meio à selva do então Projeto Porto Novo, acompanhado de intensas brigas e mágoas de lideranças locais, que quiseram salvar a escola paroquial, estas se deram por vencidas e uma das mais virtuosas e milenares experiências da história da educação, sucumbiu. O fim melancólico desse formato de escola foi anunciado pelo então Bispo de Palmas, Dom Carlos Eduardo de Saboia Bandeira de Mello, aos subalternos de Porto Novo, e registrado no Livro *Tombo da Paróquia*, em 16 de setembro de 1938: “Sino dobre finado três dias cada semana. Reúna povo todas as noites para rezar o terço na intenção das escolas [paroquiais].” Orações, apelos e boicotes à escola pública mostraram-se ineficientes ante a nova realidade. O Pároco Francisco Riederer foi o último a se dobrar e, na sua última carta ao provincial, denota sua rendição: “Nossas Escolas Paroquiais parecem irremediavelmente perdidas. Em toda a parte se abrem escolas públicas” (SPOHR, 2016, p. 69).

A Consolidação das escolas públicas, no entanto, não foi mais referenciada pelo pároco, em meio ao boicote dos prédios comunitários (escolas-igreja); falta de professores públicos; sentimentos de traição de lideranças locais, este abandonou subitamente Porto Novo, em 1939. Extintas oficialmente, vertigens permaneceram por anos nas novas picadas (comunidades) que foram sendo povoadas ou em espaços já constituídos e nos quais o poder público não destinava mestres.

A Educação pública nasceu e criou força, contudo, as funções sociais e religiosas dos professores nunca foram definitivamente apagadas e, ainda, são reclamadas pela comunidade escolar, há exatos 80 anos após a extinção das escolas paroquiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o sul do Brasil, povos isolados geográfica e culturalmente, por meio de

ações coletivas instalaram e mantiveram um modelo comunitário de educação. Os núcleos foram projetados para acolher todas as formas associativas da comunidade (igrejas, clubes, escolas, cemitérios e áreas de lazer). Em meio à selva, onde a sobrevivência somente foi possível mediante a criação de um laço social horizontal, as 100 famílias, que em média compunham uma comunidade, construíram a escola, contratavam e pagavam seu professor e estabeleciam ações pedagógicas e conteúdos programáticos para seus filhos. O controle das engrenagens administrativas e as bases filosóficas e ideológicas da educação, invariavelmente, eram assumidos pela comunidade escolar.

Independentemente dos critérios adotados na implementação das escolas paroquiais, estas se constituem em uma faceta virtuosa da educação brasileira. Por um longo período, foram determinantes, ao menos para as comunidades etnicamente homogêneas, na alfabetização das crianças desassistidas pelo Estado brasileiro.

A propagação da cultura religiosa e a ação civilizadora foram vicissitudes assumidas pela escola e pelo professor. A atividade moral e religiosa sobressaía aos ensinamentos literários, aritméticos e outros. Consciente ou inconscientemente, o papel espiritual atribuído ao professor, mostrou sua eficácia para além dos progressos da ciência. Em Itapiranga, foi determinante para frear a onda invasora de outras religiões, ao menos por mais de meio século. A atribuição de uma vasta função religiosa e moral ao professor fez parte de um processo de expansão e fortalecimento da fé, servindo, inclusive, no caso de Itapiranga, em um esforço para combater o protestantismo. Há, contudo, de se reconhecer que o projeto católico foi o precursor no lançamento da pedra angular da Educação no município, embora conciliando a cura das almas com o ensinar das letras.

Assim, 80 anos após a extinção das escolas paroquiais, o cenário das escolas públicas clama por tolerância religiosa e racial. É deveras complexo arquivar passivamente a herança intelectual do passado. Eis um desafio para a geração nova de professores e alunos!

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

FRANCA, Pe. Leonel S. J. **A Igreja, a Reforma e a Civilização**. Rio de Janeiro: Agir, 1948. Disponível em: <<http://igrejaformacivilizacao.blogspot.com.br/2010>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

HEERDT, Moacir. **As Escolas Paroquiais em Santa Catarina 1890-1930**. 1992. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112188>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

JAEGER, Eugênio Ervino. **A Terra que eu sonhei**. Nova Petrópolis: Amstad, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. Livro Tombo da Escola da Linha Beleza (1930 a 1940). Itapiranga: [s. n.], 1940.

PARÓQUIA SÃO PEDRO CANÍSIO. Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio (1926-1942). Itapiranga: [s. n.], 1942.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE. Livro Tombo da Escola São Gabriel da Linha Eralzinho (1930-1938). São João do Oeste: [s. n.], 1938.

KREUTZ, Lúcio. O Professor paroquial: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

KREUTZ, Lúcio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Pelotas: Seiva, 2004.

RAMBO, Arthur Blásio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. Porto Alegre: Eduni-Sul, 1988.

ROHDE, Maria. **O Espírito Pioneiro**: A herança dos antepassados. Itapiranga: Porto Novo, 2011.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938**. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938a. (Coleção de decretos, leis de 1938).

SANTA CATARINA. Arquivo público. Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938b.

SPOHR, Inácio. **História das Casas**: Um Resgate dos Jesuítas no Sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Padre Reus, 2016.

STRIEDER, Dulce Maria. Aspectos da formação e atuação docente nas escolas paroquiais teuto brasileiras no Rio Grande do Sul. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p. 113-135, dez 2008. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art08_32.pdf. Acesso em 04 de abril de 2018.

SOBRE OS ORGANIZADORES

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA - Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb - Campus VII) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA (Uneb - Campus III). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (IESCFAC), Especialista em Educação Matemática e Licenciado em Matemática pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (CESVASF). Foi professor e diretor escolar na Educação Básica. Coordenou o curso de Licenciatura em Matemática e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no Campus IX da Uneb. Foi coordenador adjunto, no estado da Bahia, dos programas Pró-Letramento e PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Participou como formador do PNAIC/UFSCar, ocorrido no Estado de São Paulo. Pesquisa na área de formação de professores que ensinam Matemática, Ludicidade e Narrativas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (CNPq/UFSCar), na condição de pesquisador; do Grupo Educação, Desenvolvimento e Profissionalização do Educador (Uneb/PPGESA), na condição de vice-líder e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (LEPEM/Uneb) na condição de líder. É editor-chefe da Revista Baiana de Educação Matemática e coordenador do Encontro de Ludicidade e Educação Matemática.

ILVANETE DOS SANTOS DE SOUZA - Doutoranda do Programa de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática-(UFS). Possui Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Matemática .Especialista em Gestão Escolar; em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; em Matemática Financeira e Estatística e em Educação Matemática. Pesquisa na linha de Formação inicial e continuada de professores que ensinam Matemática, Ensino de Matemática. Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas: Ensino de Ciências e Matemática- ENCIMA (CNPq/UFBA) , Grupo de Estudo e Pesquisa Educação do Campo (CNPq/UNEB). É egressa dos Grupos de Estudos e Pesquisas: Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais- EDaPECI (CNPq/UFS) e Núcleo de investigação sobre História e Perspectivas Atuais da Educação Matemática- NIHPEMAT (CNPq/UFS). Atualmente é professora efetiva da Prefeitura Municipal de Barreiras-BA, atuando como Técnica Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

REINALDO FEIO LIMA - Professor Adjunto C da Área Temática de Educação Matemática, lotado no Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2016-2019). Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (2012-2014). Graduado em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (2006). Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (2010). Especialista em Estatísticas Educacionais pela Universidade Federal do Pará (2010). Especialista em Sabres Africanos e Afro-brasileiro na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2012). Atuou como Coordenador do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto de Engenharia do Araguaia, portaria 874/2015. Foi Diretor do Instituto de Engenharia do Araguaia, Portaria 349/2016. Desde 2020, é líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação Matemática, Estatística e Inclusão (GEPEMEI/UNIFESSPA), certificado pelo CNPq junto à UNIFESSPA. É membro do Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos: Políticas de Inclusão, Educação Bilíngue (GPES/UNIFESSPA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Educação Matemática Inclusiva (GEPeDEMI/UFCG). É sócio da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Temas de interesse: Educação Matemática, Educação Matemática Inclusiva; Educação Estatística; Materiais Curriculares Educativos; Tecnologias Digitais Assistivas; Processos de ensino e de aprendizagem da Matemática e Formação de Professores que ensinam Matemática.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações educativas 141

Ambiente virtuais de aprendizagem 12

Aprendizado 7, 8, 29, 53, 56, 113, 119, 129, 130, 132, 146, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 211, 213, 224, 232, 235

Aprendizaje dialógico 76, 77, 79, 80, 83, 86

Aprendizaje significativo 22, 77, 235

Arte 60, 71, 113, 115, 116, 121, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 145, 169, 223, 224, 226, 228, 232

Artigo científico 135, 136, 213

Atividades lúdicas 141, 142, 145, 147, 149, 150, 152, 153, 155

Avaliação da aprendizagem 74, 221, 231, 232

B

Barreiras 13, 14, 37, 45, 97, 99, 101, 102, 103, 105, 108, 254

C

Ciência 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 26, 69, 89, 90, 99, 100, 115, 116, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 140, 141, 179, 180, 181, 190, 202, 212, 226, 229, 233, 234, 252

Cotidiano 14, 19, 42, 50, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 116, 125, 142, 144, 146, 148, 152, 153, 165, 194, 201, 226, 229, 233, 244

D

Desafios 9, 10, 15, 16, 18, 19, 21, 47, 51, 52, 53, 56, 57, 62, 66, 94, 99, 118, 134, 137, 153, 155, 156, 233

Desaparecimento dos camponeses 23

Descolonização 62, 63, 75

Desenvolvimento psíquico 94, 144, 187, 189, 191, 192, 198, 201

Deteção 187, 189, 190, 191, 197, 201, 203

Didática 15, 16, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 133, 182, 231, 233, 255

Direitos 6, 28, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 143, 146, 198

E

Editorial 87, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 186

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61,

62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 88, 89, 93, 94, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 129, 132, 133, 139, 140, 141, 143, 146, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 207, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 231, 232, 233, 234, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 254, 255

Educação ambiental 221, 231, 232, 233, 234

Educação inclusiva 101, 102, 103, 107, 108, 110, 111, 112

Educação médica 172

Educação musical 62, 63, 70, 71, 73, 74

Educação rural 23, 35

Educação superior 3, 12, 58

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 34, 35, 43, 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 89, 93, 96, 100, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 146, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 182, 183, 184, 185, 186, 197, 198, 203, 211, 212, 213, 215, 220, 221, 223, 224, 226, 229, 231, 233, 234, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255

Ensino à distância 52, 54, 55, 58, 59, 60

Ensino médio 4, 12, 43, 71, 213, 221, 223, 226, 229, 233

Ensino tecnológico 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11

Escola pública 141, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 243, 248, 249, 251

Escolarização 29, 37, 40, 41, 42, 46, 50, 108, 119, 122, 129, 222, 245

Estética da ginga 62, 64, 70, 74

Exu 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 75

F

Fechamento de escolas 23, 24, 28, 31

Formação de professores 1, 2, 6, 8, 10, 11, 29, 35, 59, 121, 122, 124, 125, 133, 157, 169, 183, 185, 186, 191, 223, 224, 225, 233, 244, 254, 255

H

História da medicina 172

Humanização 88, 89, 93, 94, 131

I

Imunologia 211, 212, 213, 215, 220

Indicadores de risco ao desenvolvimento infantil (IRDI) 187

Institutos federais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11

Interação 16, 20, 54, 58, 68, 90, 92, 93, 94, 96, 109, 124, 129, 132, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 152, 153, 155, 160, 161, 170, 215, 221, 230, 232

Intervenção precoce 187, 190, 191, 197

L

Linfócitos 211, 213, 214, 215, 219, 220

M

Matemática 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 150, 154, 168, 254, 255

Material didático 53, 56, 60, 211, 213, 215, 253

Metodologia 52, 56, 57, 58, 67, 70, 88, 89, 95, 121, 127, 130, 139, 151, 169, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 225, 227

P

Panorama 25, 52, 53, 62, 123

Pedagogia sistêmica 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 100

Pesquisa científica 120, 135

Prática pedagógica 12, 63, 73, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 184, 191, 193, 195, 221, 223, 234

Prevenção 47, 49, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203

Proceso de enseñanza-aprendizaje 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86

Professor de inglês 157, 159, 162, 164, 167, 168, 170

R

Recurso pedagógico 221, 223, 232

Resposta imune 211, 213, 214, 215, 219, 220

S

Semiliberdade 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51

Servicio comunitario 235, 238, 239, 240

Síntese crítica 134, 135, 137

Sociedade 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 24, 29, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 94, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 122, 133, 137, 138, 141, 164, 166, 170, 171, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 196, 211, 222, 224, 225, 226, 229, 231,

243, 245, 246, 247, 248, 255

Solo 32, 77, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 227, 233, 238

T

Tecnologia 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 53, 60, 103, 141, 226

Tensão discursiva 157, 159, 161, 166

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021